



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1605832 - SP (2019/0315608-0)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

EMBARGANTE : INPUT CENTER INFORMATICA EIRELI

ADVOGADO : GEORGE GABRIEL GIANNETTI - SP153154

EMBARGADO : K2 PROJETOS E MONTAGENS DE STANDS LTDA

ADVOGADO : MARCO ANTONIO DOS SANTOS PINTO E OUTRO(S) - SP288017

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Rejeitam-se os embargos de declaração quando ausente omissão, contradição, obscuridade ou erro material a ser sanado.
2. Embargos de declaração no agravo em recurso especial rejeitados.

### DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por INPUT CENTER INFORMATICA EIRELI, contra decisão unipessoal, que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial que interpusera, em decorrência da aplicação das Súmulas 7 e 211, ambas do STJ, bem como em razão da ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial alegado.

No presente recurso, a parte embargante sustenta a ocorrência de suposta omissão e contradição no julgado, pois, a seu entendimento, houve prequestionamento da matéria e não se trata de reexame de fatos e provas.

É o relatório.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/15, somente é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, na decisão impugnada, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Na hipótese, não ocorreu nenhum dos vícios mencionados. Efetivamente, nenhuma obscuridade, contradição, omissão ou erro material existe no corpo da decisão que justifique a oposição desse recurso.

A decisão embargada foi clara ao explicitar que: "o acórdão recorrido não decidiu acerca do art. 6º da Lei 8.078/90, indicado como violado. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ." Note-se, ainda, que o prequestionamento pressupõe efetivo debate pelo Tribunal de origem sobre o ponto controvertido que, na hipótese, não ocorreu.

Quanto à incidência da Súmula 7/STJ, se afirmou: "alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência de comprovação da má prestação do serviço, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ."

Para que não se pairasse dúvidas, houve transcrição dos trechos do acórdão que referendam tal assertiva. Confira-se, vez mais:

No mais, em se tratando de pretensão fundada em afirmação de má prestação de serviços falhas nas obras executadas, tais como pinturas incompletas, má aplicação do rejunte, desnivelamento de pisos -, cabia à apelante, exatamente como anotou o MM. Juízo de Primeiro Grau, demonstrá-la, na forma do inciso I do art. 373 do Cód. de Proc. Civil.

Trata-se, ademais, de prova de fácil produção, perfeitamente ao alcance da apelante, do que, todavia, não cuidou.

Com efeito, para comprovar a execução parcial dos serviços, bem como sua entrega fora das especificações técnicas esperadas, era imprescindível que fosse produzida prova pericial, de modo constatar referidas falhas e sua natureza, isto é, se decorrentes de descumprimento de regras técnicas.

Tal, todavia, não se vê nos autos. (fl. 401, e-STJ)

Na verdade, revela-se nítida a pretensão da parte embargante de se valer do recurso integrativo para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema, intuito esse incompatível com a natureza desse recurso. Como se sabe, os embargos declaratórios não são via adequada para corrigir suposto error in iudicando, não sendo possível atribuir eficácia infringente ao recurso se ausentes erro material, omissão, obscuridade ou contradição.

Desse modo, dissociado o pleito de qualquer um dos pressupostos de oposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão declinada, impondo-se, então, a sua rejeição.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora